

MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

Nº 115
Fevereiro – 2010

SUMÁRIO

- 3 **A nova abordagem do Google na China. Um furo no grande *firewall*?**
Google's new approach to China. A crack in the "Great Firewall"?
DANIEL OPPERMANN
- 6 **A Cúpula de Cancún e "los machos": Chávez é o grande eleitor de Uribe**
Cancun Summit and "los machos": Chávez is the great elector of Uribe
JOSÉ FLÁVIO SOMBRA SARAIVA
- 8 **Venezuela: um quase autorizado descaminho do MERCOSUL a vista**
Venezuela: an almost and authorized visible MERCOSUL deflection
JOSÉ RIBEIRO MACHADO NETO
- 13 **Malvinas: suramericanizar la reivindicación y aumentar los costos**
Falklands: south americanize the plea and increase the costs
MARCELO GULLO
- 15 **O processo de democratização da Terceira Onda de Democracia: quanto pesam as variáveis externas?**
The Process of Democratization of the Third Wave of Democracy: How Much do External Variables Matter?
MARIA HELENA DE CASTRO SANTOS
- 19 **Estados Unidos: a terceira via (ainda mais) conservadora**
United States: a much more conservative third way
VIRGÍLIO CAIXETA ARRAES
- 21 **Geopolítica dos conflitos socioambientais na América do Sul**
Geopolitics of socio-environmental conflicts in South America
ELÓI MARTINS SENHORAS
- 24 **Azerbaijão e Geórgia – assombrações soviéticas**
Azerbaijan and Georgia: soviet ghosts
PAULO ANTÔNIO PEREIRA PINTO
- 27 **A cúpula de Cancun e a recomposição do Grupo do Rio: Apontamentos para um debate**
The Cancun Summit and the renovation of Rio Group: Notes for discussion
CARLOS FEDERICO DOMÍNGUEZ AVILA
- 29 **A questão da acoplagem nas relações internacionais**
Coupling approach within the international relations
ARGEMIRO PROCÓPIO FILHO

Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

ISSN 1518-1219

No. 115 – Fevereiro – 2010

Como contribuir

1. O Boletim publica artigos de análise de conjuntura e resenhas de livros;
2. As contribuições devem conter cerca de 7.000 caracteres (incluindo espaços) e devem ser apresentadas em processador de textos de uso universal;
3. Não devem ser usadas notas de rodapé. No caso de citação de bibliografia, usar o sistema Chicago (Autor, data), referenciando a literatura citada ao final do artigo;
4. As contribuições podem ser submetidas em português, inglês ou espanhol;
5. As contribuições devem conter o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional;
6. No caso de resenhas de livros, devem ser informados os dados completos e o ISBN da obra analisada;
7. As contribuições devem vir acompanhadas de:
 - a. 3 palavras-chave em português e 3 key words em inglês;
 - b. Título em inglês;
 - c. Resumo em português e abstract em inglês, ambos com até 20 palavras.

Todas as contribuições serão submetidas a arbitragem científica, com avaliação de pelo menos dois pareceristas, escolhidos entre os membros do Conselho Editorial ou da comunidade científica especializada, em sistema de duplo cego (blind review). Os pareceristas poderão recomendar a publicação, condicioná-la a modificações no trabalho.

O processo de análise editorial se estende por cerca de 5 (cinco) dias úteis e os artigos aprovados são imediatamente publicados no site e depois consolidados na edição em formato PDF, lançada até o final do mês subsequente.

As submissões se dão por intermédio de formulário específico, acessível em <http://meridiano47.info/como-publicar/>

O que é o IBRI

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o IBRI desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite <http://www.ibri-rbpi.org>

Os artigos publicados em Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais estão indexados nos seguintes serviços internacionais:

- Fuente Acadêmica (Ebsco Publishing);
- Informe Acadêmico (Cengage Gale Learning);
- Academic OneFile (Cengage Gale Learning).

Política Editorial

Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais publica contribuições inéditas na forma de artigos científicos breves e resenhas de livros. Editado pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, o Boletim não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários nacionais ou estrangeiros. As opiniões expressas nos trabalhos publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores e não traduz a opinião ou o endosso do IBRI.

O Boletim publica trabalhos cuja temática se situe na grande área de relações internacionais, em que se compreende Política Internacional e Comparada, Direito Internacional, História das Relações Internacionais e da Política Exterior e Economia Política Internacional.

Todos os artigos serão submetidos a arbitragem científica, em sistema de duplo cego (blind review), com avaliação de pelo menos dois pareceristas escolhidos entre os membros do Conselho Editorial ou da comunidade científica especializada. Os pareceristas poderão recomendar a publicação, condicioná-la a ajustes na forma, estrutura ou conteúdo, ou mesmo negá-la. Neste processo o anonimato dos autores e dos pareceristas é garantido.

A publicação de contribuições será sempre amparada pelas recomendações do Conselho Editorial e pela análise dos pareceres produzidos.

© 2000-2010 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

Expediente

Editor: Antônio Carlos Lessa

Editor-adjunto: Virgílio Arraés

Conselho Editorial:

Amado Luiz Cervo (Universidade de Brasília), Andrés Malamud (Universidade de Lisboa, Portugal), Antônio Carlos Lessa (Universidade de Brasília), Cristina Soreanu Pecequillo (Universidade Estadual Paulista), Estevão Chaves de Rezende Martins (Universidade de Brasília), Francisco Doratioto (Universidade de Brasília), Gladys Lechini (Universidad Nacional de Rosario, Argentina), João Pontes Nogueira (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), Marco Cepik (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Miriam Gomes Saraiva (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Pio Penna Filho (Universidade de São Paulo), Paulo Luiz Esteves (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais).

A nova abordagem do Google na China. Um furo no grande *firewall*?

Google's new approach to China. A crack in the "Great Firewall"?

DANIEL OPPERMANN*

Meridiano 47 n. 115, fev. 2010 [p. 3 a 5]

Na discussão sobre a liberdade de expressão na Internet, a China é sempre mencionada como o exemplo mais grave em relação às próprias regulamentações de acesso às informações online. A reputação do maior país asiático de manter um regime rígido de censura online não existe sem razão. Nos últimos anos, a China construiu um dos sistemas mais sofisticados do mundo para controlar o que a população do país pode acessar na Internet. Uma das medidas mais usadas é o sistema de filtro conhecido como "The Great Firewall of China". Por meio desses filtros instalados em servidores escolhidos, o governo chinês consegue achar, bloquear e até deletar conteúdo em fóruns e blogs, por exemplo, que incluem expressões como Tibet, Falun Gong, Tiananmen e outras. Em alguns casos, cidadãos que criticaram o governo chinês pela internet estão presos. O exemplo mais famoso é o do ativista pelos direitos humanos Liu Xiaobo, que foi condenado a onze anos de prisão em dezembro 2009 por causa de "subversão". Liu foi preso em dezembro 2008 depois de publicar um chamado na Internet por reformas políticas na China.

Além dos exemplos mencionados, também sites de busca são alvos das restrições. Companhias internacionais que atuam no mercado chinês precisam se adaptar ao sistema de filtro na China. Especialmente para companhias de países democráticos ocidentais isso pode significar um desafio como mostra o exemplo do *global player* Google Inc. da Califórnia, EUA. Um dos princípios centrais do Google, também chamado de "missão" da companhia: "Google's mission is

to organize the world's information and make it universally accessible and useful". A sinceridade da companhia foi questionada pela primeira vez por um grande público em 2006, quando ela decidiu entrar no maior mercado nacional do futuro: o da China.

A China atualmente tem 300 milhões de usuários de Internet e já é o maior mercado de Internet no mundo. Com uma população de 1,3 bilhões de pessoas, tem também um potencial de crescimento que não existe em nenhum outro país do mundo. A entrada no mercado chinês é uma obrigação para todas as companhias de tecnologia de informação (além de outros setores também) que querem se expandir no continente asiático. Além do Google, a Microsoft, o Yahoo, a Cisco e outros *global players* do setor de tecnologia de informação (TI) investiram na China nos últimos anos. E, como o Google, muitos deles foram confrontados com a alegação de apoiar o regime de censura do governo chinês. E eles de fato o fizeram, ativamente ou passivamente. Passivamente podem ser consideradas as companhias oferecendo produtos para filtrar a Internet ou bloquear certas páginas. Um produto capaz de bloquear a página de uma rede social nos computadores de uma escola em Recife também pode ser usado para bloquear a página de Amnesty International na China. Diferente no caso do Google foi o fato que a companhia aceitou as regulamentações do governo para filtrar todas as buscas feito pelos usuários da China, procurando informações sobre direitos humanos e outros aspectos mencionados antes. Desta forma, a companhia participou ativamente no regime da censura. Esta decisão

* Doutorando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB (dan.oppermann@gmail.com)

foi explicada pela companhia como necessária para atuar no mercado chinês. Mesmo assim resultou em uma onda de protestos especialmente por atores da sociedade civil. A fundação da Global Network Initiative (GNI), uma associação de companhias e organizações (quase somente dos EUA) representa uma tentativa de restabelecer a reputação das companhias criticadas. Mas desde sua fundação em 2008, a GNI chamou pouca atenção e os resultados produzidos nos últimos dois anos também foram pobres.

Diferente foi a declaração feita pelo Google em janeiro de 2010 (“A new approach to China”), na qual a companhia explicou que vai mudar sua política e reabrir seu sistema de busca para expressões consideradas indesejáveis pelo governo chinês. Segundo a declaração, o Google tomou essa decisão depois que sofreu fortes ataques virtuais (segundo o Google, vindos do governo chinês), que resultaram em roubo de propriedade intelectual da companhia. Além disso, foram detectados vários casos de invasões de contas de emails pertencentes a ativistas de direitos humanos na China. Referindo-se a esses incidentes e às tentativas do governo chinês para limitar as atividades do Google durante o ano 2009, a companhia lançou sua declaração e explicou que vai entrar em negociações com Pequim, sobre como (ou se) seria possível oferecer um sistema de busca não filtrado.

Interessante é que, segundo o analista de segurança de TI Bruce Schneier, nos ataques foi usado um mecanismo do próprio *software* do Google, que a companhia instalou por causa das regulamentações articuladas pelo governo dos EUA, para controlar as atividades online dos cidadãos americanos.

Logo depois que a decisão do Google foi publicada, começaram as especulações sobre os motivos da companhia para arriscar seu acesso ao maior mercado de Internet no mundo. Um fato importante nesse contexto é que o Google não tem o mesmo papel na China como na maioria dos outros mercados do mundo. De fato, a companhia tem um papel relativamente pequeno. A sua quota de mercado na China é 35% (no mercado global são quase 70%), enquanto a maioria do mercado pertence à companhia chinesa Baidu (58%). Por que

então a companhia americana vai arriscar sua quota ignorando as regulamentações do governo?

A teoria de que o Google busca um jeito de sair do mercado chinês por causa da concorrência forte é pouco provável. Mesmo que sua quota fique em 35%, isso seria um mercado gigante considerando o crescimento econômico do país e do número dos clientes que vão entrar no mercado nos próximos anos. Mesmo assim a companhia deve ter percebido que não vai ganhar contra a Baidu e terá um papel menor na China. Esta foi também uma das razões porque o presidente do Google China, Kai-Fu Lee, saiu da companhia em setembro de 2009, depois de apenas quatro anos.

Um cenário mais provável então é que os responsáveis pelo Google nos EUA decidam mudar a função no mercado chinês para a estratégia global da companhia. Com poucas chances de aumentar sua fatia no mercado chinês, a crítica à prática de censura pelo governo chinês serve para restabelecer a reputação da companhia, que sofreu bastante durante os últimos anos depois que aceitou as restrições de Pequim. Com a crítica ao governo chinês, a companhia reforçou sua reputação de garantir acesso livre a todas as informações existentes na Internet e, ainda, sua missão mencionada em cima, e seu famoso slogan: “Don’t be evil”.

As primeiras reações internacionais confirmam essa teoria. A sociedade civil global apoiou a decisão do Google. Ativistas e organizações de defesa dos direitos humanos e da liberdade de expressão elogiaram a declaração da companhia. Além de um curto comentário de apoio do presidente americano, Barack Obama, também a secretária de Estado americana, Hillary Clinton, fez uma palestra sobre a liberdade da Internet, poucos dias depois a declaração do Google. Nessa palestra, Clinton criticou não somente a China, mas também outros países, entre eles Vietnã, Egito e Arábia Saudita, por suas políticas em relação à Internet e à liberdade de expressão. Comentaristas veem essa palestra como uma nova abordagem da política dos EUA, enfatizando a liberdade na Internet como parte da liberdade de expressão.

O que significa esse apoio de alto nível para as relações entre o Google e Pequim? Nos seus primeiros

comentários, o governo chinês respondeu como sempre o faz quando é confrontado com acusações por ser responsável por ataques virtuais: ele negou qualquer forma de responsabilidade. O próprio Google agora pode se apresentar como defensor da liberdade de expressão e, assim, dos direitos humanos globais. Dessa forma, a companhia conseguiu dar um passo estrategicamente importante para manter sua posição global de líder no mercado de Internet. Ela também tem uma forte posição nas negociações com o governo chinês, que vão começar agora para esclarecer a situação da companhia americana no país.

Quem achou que o Google terá que sair da China pode estar facilmente enganado. A China precisa do capital intelectual e das inovações que o *global player* trouxe para o país. Com isto, e também devido às acusações de que Pequim seria responsável pelos ataques, pode até ser que o Google venha a ter uma posição mais forte nas negociações e consiga

manter sua posição na China e ao mesmo tempo ser reconhecido por aqueles atores (especialmente no mundo ocidental) que valorizam a liberdade de expressão. No final, Pequim pode controlar e censurar as informações na China, mas o Google está controlando-as no resto do mundo.

Recebido em 09/02/2010

Aprovado em 10/02/2010

Resumo: Esse artigo está analisando a decisão do Google feito em janeiro de 2010 de não participar mais no sistema de filtros da Internet na China.

Abstract: This articles analyses Google's decision made in January 2010, to not participate in the Chinese Internet filtering system any longer.

Palavras-chave: Google, China, Internet

Key words: Google, China, Internet



A Cúpula de Cancún e “los machos”: Chávez é o grande eleitor de Uribe

Cancun Summit and “los machos”: Chávez is the great elector of Uribe

JOSÉ FLÁVIO SOMBRA SARAIVA*

Meridiano 47 n. 115, fev. 2010 [p. 6 a 7]

As farpas trocadas entre os presidentes colombiano e venezuelano na recente Cúpula de Cancun reforçam a idéia de ser Hugo Chávez o maior eleitor de Álvaro Uribe. Às vésperas de duas grandes eleições nacionais na Colômbia, uma legislativa em março e outra presidencial em maio, Uribe – mesmo sem aprovação formal da Corte Constitucional de referendo que o confirmaria, ou não, candidato oficial pelo Partido Social da Unidade Nacional – é o grande favorito para a quadra governamental de 2010 a 2014.

O atual presidente contabiliza mais de 70% de aprovação popular e já abocanha metade dos votos do colégio eleitoral de 30 milhões de colombianos aptos para o pleito de maio. A fragmentação política que presidiu a eleição presidencial de 2006, quando marcharam 5 candidatos contra Uribe, tende a se repetir em 2010, mas nenhum deles, mesmo o prefeito de Medellín, alcança o primeiro dígito, pelo menos até o momento. Poucos votos possuem os demais potenciais contendores. A oposição está dispersa e sem projeto alternativo.

Por que Hugo Chávez é tão importante para as eleições colombianas? Três fatores merecem ser alinhados. A alta popularidade do presidente Uribe – ao lado de Bachelet e Lula na América do Sul, mesmo que sustentada pela *manu militare* e lógica do medo – é fato incontestado. Tal reconhecimento popular emana, em parte, de imagem positiva da auto-estima e do combate patriótico reconhecido no governante de Bogotá contra o intruso externo de Caracas que interfere

na soberania política da nação colombiana. Chávez prejudica, com suas bravatas, a grande fronteira humana e comercial entre os dois países, que prefere seguir seus negócios e cooperação familiar.

Uribe, bom aluno das escolas liberais anglo-saxônicas, mas filho de pai assassinado pela guerrilha colombiana, dosa o pêndulo da fleuma com o cálculo discursivo do nacionalismo latino-americano. Mexe com o velho imaginário das frustrações herdadas, nos Estados modernos da América do Sul, das dissensões fratricidas das guerras na época das independências da Espanha. Sabe, ao contrário de Chávez, domesticar o discurso e não ameaçar guerra contra a Venezuela.

O segundo fator é ululante. Há reconhecimento doméstico, nas mais diversas camadas sociais, intelectuais e políticas na Colômbia, dos aspectos positivos do programa de segurança democrática mantido por Uribe. Para os colombianos é preferível a estabilidade precária de Uribe e a retomada da vida cotidiana, bem como o crescimento econômico, às incertezas dos planos das Farc e suas conexões bolivarianas, sem falar na inércia do modelo econômico estatizante e petrolero imposto por Chávez aos compatriotas.

Ainda que não tão democrática, a segurança oferecida pela mão forte de Uribe demonstra que os modelos de construção política na América do Sul são mais diversificados no início do novo século do que se previra. Não há um projeto comum à região, embora o Brasil e alguns outros países se empenhem

* Professor titular de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e diretor-geral do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI (fsaraiva@unb.br).

em formar uma grande área de diferenciação política e estratégica em relação às novas geometrias globais, elevação da Ásia e novas polarizações entre os grandes da ordem pós-Guerra Fria.

Em terceiro lugar, no plano ideológico, Uribe demonstra ao mundo que a frente política da América do Sul que promove não é a da corrente andina da refundação da nação. A nação já existe, o que falta é a modernização conservadora, inclusão social com segurança democrática, o fim da guerrilha e dos quis-tos desatualizados do mundo político contemporâneo e da economia formal.

Os anseios da opinião pública colombiana, mesmo que fracionada em diferentes correntes, algumas até críticas dos acordos de cooperação militar com os Estados Unidos, coincidem com o projeto de Uribe. Chávez, na ânsia de empurrar os colombianos contra Uribe, empurra a Colômbia contra as provocações importunas do presidente venezuelano, ajudando a pavimentar a continuação de Uribe no comando do Estado sul-americano mais

abandonado pelos seus vizinhos em hora difícil. Os fatos, em suma, vão dando alguma razão aos caminhos de Uribe, menos tortuosos que os de seu grande eleitor em Caracas.

Recebido em 25/02/2010

Aprovado em 28/02/2010

Resumo: o artigo trata da cúpula de Cancun. Relata a divergência entre o Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, e o da Colômbia, Álvaro Uribe.

Abstract: the article deals with the Cancun Summit. It describes the divergence of opinions between the President of Venezuela, Hugo Chávez, and of Colombia, Álvaro Uribe.

Palavras-chaves: Venezuela, Colômbia, Cúpula de Cancun

Key words: Venezuela, Colombia, Cancun Summit



Venezuela: um quase autorizado descaminho do MERCOSUL a vista

Venezuela: an almost and authorized visible MERCOSUL deflection

JOSÉ RIBEIRO MACHADO NETO*

Meridiano 47 n. 115, fev. 2010 [p. 8 a 12]

O protocolo de adesão da Venezuela ao MERCOSUL foi assinado em 2006 e, desde então, a vizinha e conturbada nação vem envidando esforços políticos e diplomáticos para concretizar a sua entrada no bloco liderado pelo Brasil.

Em 29 outubro de 2009 a Comissão de Relações Exteriores do Senado brasileiro aprovou a entrada da Venezuela no MERCOSUL, decisão homologada em sessão plenária de 15 de dezembro do mesmo ano, faltando, apenas, portanto, para a sua concretização, a anuência do Parlamento paraguaio, que segundo observadores brasileiros, deverá seguir o exemplo dos parlamentos argentino e uruguaio. A aprovação facilitará assim, a extensão dos tentáculos do bloco dos limites caribenhos até a Patagônia, não obstante a existência de claras e conturbadas assimetrias dogmáticas, políticas e econômicas.

Com a admissão da Venezuela, o MERCOSUL passaria a contar com uma área comum de influência de aproximadamente 260 milhões de habitantes, sendo 190 milhões (73%) somente no Brasil; e com um PIB de US\$ 1,0 trilhão (75% da América Latina), além de outros agregados econômicos expressivos, que garantiriam, ainda, algumas vantagens geoeconômicas e geoestratégicas apenas relativas. Entretanto, esses possíveis ganhos seriam contrabalançados por significativas e elevadas *propensões* marginais a consumir e a importar; taxas de desemprego superiores a 10% ao ano, a exemplo da própria Venezuela; uma inoportuna administração de dois câmbios com flutuações diferenciadas; e

baixas taxas de investimento interno motivadas principalmente por uma constante ameaça de fuga de capitais externos.

Este quadro aumenta a instabilidade externa do regime econômico, mantido com altíssimos custos de oportunidade social que estão sendo transferidos unilateralmente às populações de menores níveis de renda, diminuindo assim, o poder de compra dos bolívares desses segmentos sociais, até agora sem quaisquer expectativas de contrapartidas.

Particularmente, o cenário da Venezuela não é um dos melhores da região, tendo em vista a degradação tarifária e o estreito comprometimento da manutenção de programas sociais com o curso das receitas petrolíferas em baixa – além das originárias das relações econômicas *intra-bloco* altamente diferenciadas das *extra-bloco* que dependem da estabilidade de preços dos principais mercados internacionais, mormente os inseridos na União Européia (UE), contrariamente a algumas teses mantenedoras do regime de Chávez.

A política de nacionalizações como meta do programa bolivariano não tem favorecido a necessária inversão interpretativa do coeficiente de GINI venezuelano, bem próximo de 50.0, considerado mundialmente um dos 30 piores em cenários de concentração de renda, pois seus efeitos já alcançam a maioria dos espaços sociais, limítrofes à linha da pobreza na América Latina.

A cada instante em que o clima político de deteriora internamente, o governo na maioria

* Pesquisador colaborador e coordenador de extensão e ensino do Centro Integrado de Ordenamento Territorial (CIORD), da Universidade de Brasília – UnB (jrmn1789@gmail.com).

das vezes, responde com medidas radicais em determinados setores considerados estratégicos. O das comunicações têm sido o favorito e as empresas de rádio e TV, em contrapartida, unem-se e tendem a se transformar em novos partidos de oposição, aproximando-se da opinião pública internacional e, com isso, apresentar demonstrações de reação ao fechamento de emissoras, como também, novas tentativas de combate ao autoritarismo advindo de intenções de perpetuação de um monopólio estatal das comunicações.

Desta feita a oposição conta com um novo, sensível e esclarecido aliado que pode tornar-se numa força capaz de fazer renascer o espírito rebelde de 1968 que caminhou sobre o Sena, tornando aquele ano infundável, mesmo após a recente mudança secular. Os universitários venezuelanos estão nas ruas e os assassinatos não estão intimidando-os. Até agora as universidades *Central de Venezuela*, Caracas; de *los Andes*, Estado de Mérida; *Católica Andrés Bello*, Caracas; lideram o movimento que tende a se estender pelos demais Estados formando uma frente única com objetivos contundentes, tangíveis e acessíveis ao entendimento de todos os extratos sociais, à exceção dos trabalhadores das petrolíferas, cujos níveis salariais diferenciados da maioria da classe trabalhadora, absorvem a maior parte dos benefícios advindos do comércio exportador.

As conquistas ou externalidades advindas pela inserção do país no MERCOSUL certamente não diminuirão as tensões internas, pelo menos no curto prazo, pois essas dependem muito mais de impactos de políticas públicas. Além do mais, num segundo plano, de apaziguamentos políticos, o que não consta nas metas de Chávez, mesmo porque existe uma crescente fuga de ex-aliados para a oposição em crescimento. Uma contestação paralela, visível e clara tendência perpendicular à tese bolivariana de partido único apregoada há tempos por Chávez. A exemplo de Castro, transmitida em seus contumazes arroubos midiáticos que penalizam as mentes de diferentes gerações por mais de nove horas dominicais consecutivas para todos os umbrais venezuelanos.

A recente renúncia do vice-presidente da República, coronel Ramón Carrizález, também

ministro da Defesa, nomeado por Chávez para ambas as funções teria o efeito multiplicador ao alcançar a esposa, a ministra do Meio Ambiente, Yubirí Ortega e o presidente do Banco da Venezuela, Eugenio Vázquez Orellana. Aos efeitos das renúncias no primeiro escalão político foi adicionado o descontentamento de jovens oficiais das forças armadas pela integração de oficiais cubanos às *Forças Armadas Venezuelanas* em um processo de decisão vertical, dando margem a novos e crescentes segmentos de interpretação da crise interna sob a ótica militar, cujos impactos já se fazem sentir na redução de ímpetus nos combates à oposição, que com isso, organiza-se e planeja ocupar espaços vazios dos partidos políticos progressivamente marginalizados.

O quadro político retrata a governabilidade confusa, descarrilada, sem bússola, mas não insolúvel para o contexto político latino-americano vigente, considerando-se que Caracas não alcançou ainda as fronteiras do isolamento e da institucionalização do desgoverno. A crise ainda não é global, pois se centra na esfera midiática contra os meios de comunicação privados, também oligopolizados, mas que não apóiam as tendências, ações e práticas governamentais, contrárias às praticadas nos mercados.

As dissociações políticas causadas pelos sucessivos embates entre as formas ou expressões de poder têm conduzido a Venezuela à fragmentação macroeconômica. Esta, por sua vez, trouxe desvios que vão desde os objetivos das políticas públicas à crescente perda da capacidade para importar, à fuga de recursos externos, ao desencadeamento da cadeia produtiva e, até à descabida utilização do poder militar para corrigir as falhas dos regimes de mercados. Neste caso, as leis que disciplinam os mercados tendem a ser substituídas por mecanismos unilaterais que são paradoxais às estruturas de preços, salários e contratos, que disciplinam a interação entre governo, agentes e mercados.

Produção, comercialização, distribuição de ganhos e, inclusive, o relacionamento com outros Estados com objetivos múltiplos de integração e complementaridade econômica, bem como de ações de fortalecimento de alianças para o progresso social

tornam-se comprometidos com o distanciamento da liberdade dos capitais e da mobilidade dos recursos produtivos disponíveis, diante da vigência do autoritarismo.

A comunicação estatal na Venezuela é um segmento deveras expressivo e atuante para as dimensões e extratos sócio-econômicos do país. Engloba atualmente 34 empresas de TV, 500 estações de rádios comunitárias, diversos jornais de circulação regional e nacional e pequenas agências de notícias espalhadas pelo território. Trata-se de um notório oligopólio estatal de comunicações capaz de concorrer com o oligopólio privado que vem atuando com regularidade como um partido opositor no espaço sua ausência oficial no Parlamento. Observa-se, portanto, um choque de concentrações de mercado de igual significação, porém, com intensidades diferentes, não obstante atuarem em um mesmo espaço com clientelas idênticas e fins também análogos, porém, com mecanismos diferenciados.

Os mecanismos utilizados pelo governo no conflito são a nacionalização, o confisco e o monopólio político que visa o fim dos partidos políticos rivais. Busca-se assim a hegemonia de partido único, representativo do Estado e da revolução que, ao ultrapassar as fronteiras midiáticas, é vista como uma metamorfose à *la cubana*. Mas, o que se vê, de fato, não é uma revolução contra o capitalismo ou contra qualquer outro sistema ou regimes de mercado, mas apenas uma revolução midiática contra o desmanche de conquistas parciais num quadro social instável, onde as possibilidades de retorno ou de correção de curso estão cada dia mais distantes da realidade atual.

Ainda que não sejam distintos os hemisférios político e econômico na crise venezuelana, governo e mercado disputam suas respectivas hegemonias; decretos e mecanismos de preços contrapõem-se em espaços diminutos e em momentos nada oportunos. As perdas não são recíprocas, mas o povo é o maior perdedor. Cada agente age à sua maneira. O Estado com o poder de polícia, a intimidação e tentativas de descaracterização das instituições nacionais. O mercado, com a escassez, aumento geral dos preços domésticos e queda do bem-estar geral. Em ambas as situações prevalece a identidade do

agente responsável em disputas silenciosas, onde cada qual busca a liderança, independentemente de mecanismos e objetivos.

O Estado e o mercado são exclusivos. A exemplo do que ocorreu no Leste europeu, Estado não deve substituir o mercado e este não deve, ainda que de maneira temporária, assumir funções estatais, como se pretende na Venezuela, onde nem o Estado e nem o mercado têm perfis definidos. O que se vislumbra é um jogo de intervenções de agentes contra agentes e de agentes contra consumidores e, em alguns casos, com convocações das Forças Armadas para garantir o abastecimento interno. Isso, sem qualquer sombra de dúvida é um atestado de indefinição de regime político, totalmente aleatório e agressivo ao clima reinante no MERCOSUL. Por outro lado, um *leitmotiv* aos agentes internacionais redirecionarem seus capitais compensatórios para outras praças captadoras, com sérios prejuízos para os programas sociais em vigor, além da manutenção da atual infra-estrutura básica que, há tempos, já emite sinais de deterioração. Em resumo, são primárias as características bolivarianas.

O atual nível de deterioração político-econômica que caracteriza o Estado venezuelano o coloca num prisma indefinido: nem capitalista, nem socialista e ainda um tanto longe de ser considerado politicamente organizado para ser visto como detentor de instituições democráticas. Trata-se de um Estado *híbrido*, um *mix* de autoritarismo – dependente de relações de intercâmbio nem sempre favoráveis – e de instituições compostas de forças minoritárias, sem expressão política, ou seja, forças autárquicas que internamente se limitam – independentemente da representatividade – a sempre referendar um processo decisório unilateral. Essa esfera de poder, entretanto, quando contrariada, provoca mutações na imagem representativa do Estado, fazendo prevalecer sempre o que mais representa o autoritarismo político sem a devida contrapartida conciliadora no âmbito interno, ou diplomática, com ênfase, na ótica externa.

Estaria, de fato, o atual Estado venezuelano sob a governabilidade de Chávez apto para ingressar no MERCOSUL, mantendo-se, a exemplo dos demais parceiros, sob a esfera democrática? O bloco arcaria

com a responsabilidade de manter em seus limites um regime não democrático, assimétrico e comprometedor das instituições livres e mantenedoras de decisões políticas comuns ao bloco, com possibilidades de rupturas? Tais questionamentos retratam um elenco coletivo de preocupações, mantidas pelos responsáveis pela trajetória, há tempos, assumida pelo MERCOSUL.

Numa visão estritamente política e racional, o problema não parece ser a Venezuela, mas sim, a governabilidade de Chávez que tende a diferenciar-se, cada vez mais, da dos demais parceiros, limitando os avanços já alcançados para a integração política, econômica do bloco. Em uma etapa posterior, porém não conclusiva – com uma possível anuência *extra-bloco* e participação majoritária do Brasil – a integração energética do bloco poderia se tornar em uma utopia, apenas adicional ao elenco bolivariano de idéias, cada vez menos contributivo à política latino-americana.

O Protocolo de Ushuaia, parte integrante do Tratado de Assunção (1991), que criou MERCOSUL, destaca que a plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o implementação das ações de integração do bloco. Em caso de descumprimento das cláusulas democráticas, um país pode sofrer retaliação. O que se pode observar atualmente, é que a Venezuela se apresenta como uma democracia formal, com um governo autoritário, o que torna a sua governabilidade além de dual, *híbrida* em termos de representatividade, no concerto internacional.

A inserção da Venezuela no MERCOSUL numa situação de normalidade democrática, o bloco poderia sair ganhando politicamente, pois se tornaria mais coeso, mais consistente, tendo em vista a extensão da identidade geopolítica entre os demais parceiros. Entretanto, a rivalidade entre a Venezuela e a Colômbia e os EUA, além do aliciamento da Bolívia e do Equador, poderiam neutralizar as demais vantagens naturais de coesão, ao serem vistas apenas como fortes possibilidades de aumento de influência de Chávez na região. Também, bases para novos cânones disciplinadores do relacionamento comercial na região, acima de tudo, contestatórios à política externa dos EUA.

Mantido o discurso antiamericano de Chávez, sua contrapartida poderia, além de prejudicar as relações do bloco com os EUA e áreas de influência, postergar o desejado acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e a UE. Negociações multilaterais antecipadas – vistas como preparatórias – seriam propícias e oportunas nessa fase de adormecimento da ALCA (Aliança de Livre Comércio das Américas) e de letargia da ALBA (Aliança Bolivariana para as Américas) e UNASUL (União de Nações Sul-Americanas). Seus efeitos poderiam salvaguardar os países do MERCOSUL da forma concorrencial distinta entre as tendências desses blocos – capaz de restringir externalidades advindas do progresso técnico do comércio internacional, ainda que crescentes, dispersas na região.

A entrada da Venezuela no MERCOSUL – mantendo-se o clima ideológico apregoado por Chávez – poderia se tornar numa arena para novos confrontos dogmáticos que certamente poderiam conduzir os representantes a exacerbações substitutivas dos debates econômicos, com sérios prejuízos aos países-membros.

A posse de grandes reservas petrolíferas e a localização estratégica na Bacia Amazônica, além das da ampliação de possibilidades de integração política e geoeconômica da América Latina, poderiam, em situação regular de governabilidade, creditar à Venezuela uma séria contribuição ao MERCOSUL, mediante a aproximação de novas fronteiras naturais, da incorporação de novos espaços políticos e de mercado para os países que o integram.

Existe ainda a possibilidade da *entrance* ser utilizada como mecanismo de defesa da candidatura da Venezuela ao Conselho de Segurança da ONU, além de se tornar subsídio para a ALCA e ALBA, onde os horizontes não ultrapassam as fronteiras das limitações naturais e demonstram o encolhimento de perspectivas contributivas do novo parceiro, cujos projetos econômicos não vão além dos da sobrevivência política.

Em síntese pode-se admitir que o socialismo para o século XXI proposto por Chávez – que agora insiste em representar o papel de um *connétable bolivarien du Sud* – deverá ser transferido para outra centúria temporal, não obstante o alargamento

político da Venezuela no concerto externo, porém, com paradigmas sob questionamentos de outras nações politicamente organizadas.

Recebido em 16/02/2010

Aprovado em 18/02/2010

Resumo: Este artigo trata da recente entrada da Venezuela no MERCOSUL, seu atual contexto político-econômico, sua contribuição e riscos para o bloco.

Abstract: This article deals with the early entrance of Venezuela in MERCOSUL, it's existing economic and political context, it's contribution and risks towards the block.

Palavras-chave: Venezuela, Meios de comunicação, crise interna, esfera midiática, oligopólio estatal

Key-words: Venezuela, Means of communication, internal crisis, media sphere, state oligopoly.



Malvinas: suramericanizar la reivindicación y aumentar los costos

Falklands: south americanize the plea and increase the costs

MARCELO GULLO*

Meridiano 47 n. 115, fev. 2010 [p. 13 a 14]

Con la entrada en vigor del Tratado de Lisboa, el 1 de diciembre de 2009, Gran Bretaña logró que nuestras islas Malvinas formarán parte de la "región ultraperiférica de la Unión Europea" prevista en el Anexo II de aquel Tratado. Así los 27 miembros de la Unión Europea se hicieron cómplices y garantes de la usurpación británica de las islas Malvinas. Gran Bretaña consiguió de esa forma europeizar la ocupación de Malvinas. Por lógica consecuencia, la única estrategia posible para Argentina, a partir de ese momento, consistió y consiste en latinoamericanizar y suramericanizar el tema Malvinas para que las repúblicas latinoamericanas se conviertan en activas protagonistas en el proceso de recuperación de la soberanía argentina sobre las islas del Atlántico Sur. Resultan más que alentadoras, en ese sentido, las palabras pronunciadas por el presidente del Brasil, José Ignacio Lula Da Silva, quien en tono categórico afirmó: "No es posible que Argentina no se adueñe de Malvinas y que, por el contrario, lo haga un país que está a 14 mil kilómetros de distancia de las islas. ¿Cuál es la razón geográfica, política y económica por la cual Inglaterra está en Malvinas? ¿Cuál es la explicación política de las Naciones Unidas para que no hayan tomado una decisión? Es necesario que empecemos a luchar para que el Secretario General de las Naciones Unidas reabra ese debate con mucha fuerza". El presidente del Brasil se ha puesto la camiseta argentina necesitamos, ahora, que juegue el partido.

Sin dudas en México, Argentina ha dado un paso importante, para latinoamericanizar y suramericanizar su reivindicación de Malvinas, consiguiendo que todos los países hermanos de la América Latina condenen

la usurpación británica y su intento de apropiarse de la riqueza petrolera malvinense.

Sin embargo, es preciso pasar, de forma inmediata, de la solidaridad declarativa a la solidaridad efectiva. Pasar, de las palabras, a los hechos. Para Argentina resulta imprescindible elevar los costos de la ocupación británica de Malvinas y dificultar todas las actividades económicas que los ingleses decidan emprender en el archipiélago o en sus aguas adyacentes. Este es el objetivo táctico que debe guiar, como principio absoluto de acción, la política argentina con respecto a Malvinas. Hasta ahora, Gran Bretaña ha disfrutado de un cómodo statu quo. Argentina debe bajar el tono de las declaraciones y pasar a hablar con la contundencia de los hechos. Es, en ese sentido, que Argentina necesita del apoyo efectivo de todas las repúblicas latinoamericanas pero, fundamentalmente, de tres de ellas: Brasil, Uruguay y Chile.

Evidentemente Argentina no puede – dada la relación de fuerzas – impedir la explotación petrolera del archipiélago malvinense por parte de Gran Bretaña pero, puede, contando con la solidaridad efectiva y no solo declarativa, de Brasil, Uruguay y Chile hacerla muy difícil en términos técnicos y económicamente muy costosa. Es, en ese sentido, que Argentina necesita:

- 1) Que Brasil; Uruguay y Chile se comprometan a que todo buque que transite entre puertos brasileños, uruguayos o chilenos y las Malvinas o que atraviese sus respectivas aguas jurisdiccionales rumbo a Malvinas, tenga la obligación de solicitar una autorización previa ante sus respectivas autoridades nacionales, autorización que debería ser automáticamente denegada en el caso de que transportasen

* Professor de la Universidad de Lanús, Argentina (marcelogullo2003@yahoo.com.ar).

cualquier material que directa o indirectamente sirviese a la exploración petrolera en las Malvinas.

- 2) Que el gobierno de la República de Chile, interrumpa los vuelos que realiza semanalmente la empresa LAN a nuestras Islas Malvinas, hasta tanto se revierta la agresión unilateral británica.
- 3) Que Brasil; Uruguay y Chile tomen las medidas legales necesarias, con carácter de urgencia, para que ninguna empresa instalada en Brasil, Uruguay o Chile participe de forma directa o indirecta en la explotación petrolera de las islas Malvinas.
- 4) Que Brasil, Uruguay y Chile prohíban toda comunicación aérea entre sus respectivos territorios nacionales y la Islas Malvinas.
- 5) Que todas las medidas tomadas por Brasil, Uruguay y Chile, sean también adoptadas por UNASUR.

El caso Malvinas es la gran oportunidad para que el Brasil demuestre cuanto valen sus palabras y para que Chile borre la infamia que cometiera la dictadura militar de Augusto Pinochet Ugarte cuando,

en plena guerra de Malvinas, suministro apoyo logístico a las fuerzas navales y aéreas británicas. Apoyo que contribuyó a la muerte de cientos de soldados argentinos. Malvinas es la prueba de fuego de UNASUR.

Recebido em 25/02/2010

Aprovado em 28/02/2010

Resumo: o artigo trata da disputa entre Argentina e Grã-Bretanha pela ilha das Malvinas. Nesse sentido, ele recomenda sugestões aos da UNASUL, a fim de não legitimar a ocupação britânica da ilha.

Abstract: the article discusses the dispute between Argentina and Great Britain over the Falkland Islands. It recommends suggestions to Union of South American Nations as to it does not legitimize the British occupation of the islands.

Palavras-chaves: Argentina, ilhas Malvinas, União de Nações Sul-Americanas

Key words: Argentina, Falkland Islands, Union of South American Nations



O processo de democratização da Terceira Onda de Democracia: quanto pesam as variáveis externas?

The Process of Democratization of the Third Wave of Democracy: How Much do External Variables Matter?

MARIA HELENA DE CASTRO SANTOS*

Meridiano 47 n. 115, fev. 2010 [p. 15 a 18]

Pode-se dizer que a literatura de referência do processo de democratização da Terceira Onda organiza-se em torno da discussão e definição do conceito de democracia (Shumpeter, 1942/Dahl, 1973), tomada esta como variável dependente, e do exame das diversas variáveis independentes que seriam facilitadoras ou, ao contrário, inibidoras da sua consolidação.

Dentre as muitas variáveis independentes analisadas pela literatura – variáveis institucionais, relações civis-militares, características das lideranças nacionais, características da cultura do país em transição, condicionalidades, efeito bola de neve, bloqueios econômicos, a atuação da Igreja católica – esta comunicação focalizará as variáveis externas e, mais especificamente, a exportação de democracia.

A exportação de democracia é uma parte relativamente pequena da vasta literatura de democratização e é considerada, quase sempre, inequivocamente pró-americana. A importância do seu estudo está no fato de que a difusão da democracia e seus valores tem sido parte essencial da doutrina da política externa da única superpotência do pós-guerra fria, inclusive como garantia de sua segurança. Mesmo após os ataques de 11 de setembro, quando se poderia esperar que segurança predominasse sobre todas as demais considerações, exportação de democracia é pilar fundamental da Doutrina Bush (cf. Jervis, 2003).

PROMOVENDO E EXPORTANDO DEMOCRACIA

Vários são os meios para promover ou exportar democracia: desde intercâmbios culturais de estudan-

tes e pesquisadores e monitoramento de eleições, passando por embargos econômicos, sanções políticas, condicionalidades econômicas e políticas impostas pelas agências multilaterais de desenvolvimento e financiamento até o uso da força. A difusão da democracia pela força das armas é o meio de mais difícil justificação. Nem por isso seu uso é pouco freqüente, como indicam as recentes invasões americanas no Oriente Médio e algumas operações de paz do pós-guerra fria.

Para os propósitos desta comunicação, a questão relevante a ser respondida é até que ponto variáveis externas influenciam a construção de democracias. Para a primeira geração da literatura de democratização, que analisou as experiências do sul da Europa nos anos de 1970 e da América do Sul na década seguinte, os fatores domésticos eram muito mais importantes do que os externos na consolidação das novas democracias (cf. a referência clássica, O'Donnell e Schmitter, 1988). Esse consenso foi perturbado com a leva de transições democráticas dos países comunistas, no início dos anos 90, onde os estímulos de fora foram proeminentes.

Whitehead (1996) e Schmitter (1996) resumem a influência dos fatores externos em 4 modalidades, diferenciadas segundo os binômios: poder/coerção vs. voluntarismo e unilateralismo vs. multilateralismo. São elas: controle (poder), condicionalidade (coerção), contágio (voluntarismo), consentimento (voluntarismo), sendo as duas primeiras exercidas unilateralmente e as duas últimas, multilateralmente.

* Professora do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – iREL-UnB e pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (mhelena@unb.br).

Para O'Donnell e Schmitter (1988) poder e coerção são muito importantes no contexto internacional, consentimento e contágio não sendo em geral suficientes. De qualquer forma, para esses autores, a intervenção externa, em qualquer das 4 modalidades apontadas terá um efeito maior e mais duradouro durante a fase de consolidação da democracia do que na de transição do regime autoritário para o novo regime. Isso porque a rapidez e a imprevisibilidade do jogo da transição impede o bom termo das ações e decisões dos atores externos.

Mais propriamente dentro da ótica da literatura de exportação de democracia, Farer (1996) assume dois pressupostos: que atores externos podem contribuir para a defesa e fortalecimento da democracia e que, em um mundo globalizado, cada vez mais interdependente, a tolerância (e até mesmo a solicitação) para a ação externa aumentou significativamente. A questão maior da soberania dos estados teve seu ponto de inflexão no Tribunal de Nuremberg, quando se firmou a jurisprudência de que a intervenção humanitária seria legítima. De fato, apoiada pelas cartas da ONU e da OEA, estabeleceu-se a legitimidade da intervenção externa em caso de guerra agressiva e de crime contra a humanidade. Além do mais, baseado no princípio kantiano da paz democrática, ameaças à democracia são vistas como ameaças à segurança coletiva e para defendê-la intervenções estão previstas na carta da OEA, confirmadas pela Declaração de Santiago, ONU, julho de 1991. Adepto da ação externa, Farer (1996) afirma que nem sempre esta é decisiva, mas a ameaça externa de sanções, sobretudo econômicas e militares, pode dar a uma democracia incipiente tempo para respirar e se recuperar de ameaças internas. Além do mais, finaliza o autor, se as intervenções armadas americanas durante a guerra-fria eram muitas vezes carregadas de ambigüidade – quando os Estados Unidos freqüentemente apoiavam unilateralmente ditaduras pró-americanas –, com o fim da guerra fria é possível manter a coerência normativa dessas intervenções.

Whitehead (2005), contudo, em comunicação mais recente, argumenta que não é necessário o fim da ordem bipolar para que as variáveis externas cresçam de importância na promoção da democracia.

Por exemplo, diz ele, a grande maioria dos processos de democratização pode ser produtivamente agrupada e comparada usando-se uma taxonomia baseada em determinantes internacionais específicos e bem delimitados, cujas categorias podem incluir democracias que surgiram depois da 2ª. grande guerra mundial, durante a guerra fria ou no período do pós-guerra fria: (i) democracias surgidas pelo processo de descolonização; (ii) novas democracias que podem ser candidatas a membros da União Européia; (iii) democracias que se seguem a derrotas militares; (iv) democracias que surgem sob os auspícios da ONU no pós-guerra fria como resultado de intervenções humanitárias. As bases teóricas e empíricas desta taxonomia, propõe Whitehead, parecem mais satisfatórias em termos de poder de explicação do que o mais conhecido esquema das três ondas de Huntington (1991). Este, apesar de claramente internacional quanto ao seu caráter, é nebuloso quanto as suas fundações teóricas e extremamente casual quanto as suas bases empíricas.

O autor explica a ênfase nas variáveis internas postas pelos primeiros “transitologistas” para desencadear o jogo da transição democrática pelo momento histórico em que construíram seus primeiros modelos. De fato, isso ocorreu nas décadas de 1970 e 1980, quando os processos de democratização ocorriam dentro das fronteiras internacionalmente reconhecidas do estado Vestfaliano. Mas a era pós-guerra fria ensinou-nos que, embora a análise ao nível do estado permaneça adequada e o próprio estado continue sendo a principal arena para estudos comparados de democratização, certamente é necessário agora investigar também os níveis sub-nacional e mesmo local, como exigem os inúmeros processos de fragmentação que caracterizam este período. Este, contudo, não era um processo que pudesse ser antecipado pelos primeiros “transitologistas” nos anos 1970 e 1980. Desta forma, compreensivelmente, os autores pioneiros desta literatura basearam-se nos estados que melhor conheciam: Turquia (Rustow), Espanha (Linz), Argentina (O'Donnell), Portugal (Schmitter), Brasil (Cardoso). Todos eram estados antigos e bem estabelecidos:

“It seemed a reasonable approximation to focus attention in their internal regime dynamics, and to screen out or play down international influences, incentives, pressures and constraints. This was not inappropriate in its context, but it left transitology poorly equipped to cope with many of the transitions yet to come” (Whitehead, 2005. p.5).

Tomando como exemplo a categoria mais relevante para os propósitos do artigo, a das democracias impostas por derrota militar externa, o autor identifica dois tipos que se diferenciam pelas características de “stateness” dos países em consideração: (i) países com estados fortes, bem estabelecidos e bem identificados (caso das transições de Portugal, Grécia e Argentina); (ii) países com estados fracos, com vulnerabilidades externas, sem plena autonomia, completa soberania ou reconhecimento externo (exemplos: intervenções unilaterais em Granada, Panamá, Haiti (anos 1980’s), Timor Leste (1999, intervenção apoiada pela ONU).

Enquanto a primeira geração da literatura de democratização identificou e analisou o primeiro grupo de transições – chamadas de “transições por ruptura” (Share e Mainwaring, 1986) – o segundo grupo pouca atenção recebeu. No entanto, adverte Whitehead (2005), em ambos os casos fatores externos foram cruciais para estabelecer ou restabelecer a ordem democrática. No caso dos países com estados weberianos estabelecidos há longo tempo, altamente estruturados, a dinâmica interna foi precipitada, ou pelo menos acelerada, por um choque político vindo de fora – a derrota militar. No caso dos países com estados fracos e vulneráveis, uma proporção substancial de democratizações ocorreu em condições onde o impulso externo foi muito mais forte do que o interno. O padrão típico neste último caso é a imposição militar da democracia depois de guerras curtas, ou episódios limitados de resistência, em estados com capacidade muito limitada de resistir aos avanços de vizinhos determinados. O Caribe é um exemplo de arena para intervenções recorrentes deste tipo. Whitehead (2005) inclui nesta categoria o que ele chama de intervenções ocidentais no Afeganistão (2002) e no Iraque (2003).

“In such conditions international factors can be expected to play a stronger and more directive role in democratization, and the stability and internal legitimacy of the ensuing regimes may well diverge from standard models. Even so, experience teaches us that democratizations can be achieved in such contexts.” (pp.6,7)

Interessante notar que, embora preocupado com os resultados dos processos de transição democrática em estados ainda incompletos, Whitehead (2005) assegura, em bases puramente normativas, sua confiança em resultados positivos, delegando aos “fatores internacionais” papel ainda mais forte e intervencionista. Essa confiança baseia-se em “experiência” que ele não explicita e nem mesmo indica.

Huntington, em contraste, tem visão mais pessimista. Ao estudar a cultura como variável independente no processo de democratização, alerta, em seu famoso livro, *The Clash of Civilizations* (1993), que algumas são incompatíveis com os valores da democracia. Entre elas está justamente o islamismo, que predomina na maioria da população tanto do Afeganistão como do Iraque. O islamismo, da mesma forma que a democracia, baseia-se no igualitarismo, voluntarismo e individualismo, mas não distingue a comunidade religiosa da comunidade política, o que contradiz premissa básica da política democrática. Assim, na prática, diz o autor, só a Turquia tem sustentado regime político democrático ao longo do tempo.

CONCLUSÕES

Em conclusão, pode-se dizer que, em que pese não haver consenso na literatura, pelo menos a partir da democratização dos países comunistas nos anos 1990, a influência das variáveis externas para promover (ou impor) democracia passa a ser reconhecida e aceita, embora em graus distintos.

Este é um respaldo acadêmico de grande importância para os formuladores das doutrinas de política externa americana do pós-guerra fria. Eles precisam acreditar e convencer a sociedade americana que as intervenções militares dos Estados Unidos, mesmo que unilaterais, são eficazes no que diz respeito à promoção da democracia. Eles dirão isso em várias ocasiões, de várias maneiras e em vários discursos.

A promoção da democracia trará paz, estabilidade e segurança para o mundo e para os Estados Unidos e estará na base da doutrina de política externa de seus governantes.

Ao desprezar, por assim dizer, a importância da dinâmica das variáveis internas (inclusive e, fundamentalmente, as clivagens internas) na transição democrática, os tomadores de decisão americanos estarão ignorando a intensidade e a velocidade do jogo da transição estudado por O'Donnell e Schmitter (1986) e as advertências huntingtonianas contra as incompatibilidades culturais com a democracia. Muitas das dificuldades enfrentadas

pelos Estados Unidos para o cessar fogo no Afeganistão e no Iraque – o que dizer então para a consolidação da democracia nestes países – são fruto dessa percepção do governo Americano.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- FARER, Tom (1996). "Collectively Defending Democracy in the Western Hemisphere, Introduction and Overview", in T. Farer (ed.). *Beyond Sovereignty: Collectively Defending Democracy in the Americas*. Baltimore and London: The Johns Hopkins Un. Press, 1996.
- HUNTINGTON, Samuel (1993). *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. New York: Simon & Shuster, 1993.
- HUNTINGTON, Samuel. (1991), *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Norman/ London: University of Oklahoma Press, 1991.
- JERVIS, Robert (2003). "Understanding the Bush Doctrine". *Political Science Quarterly*, 3, pp. vol. 118, nº 3, pp. 365-388, 2003.
- O'DONNELL, Guillermo e SCHMITTER, Philippe (1988). *Transições do Regime Autoritário: Primeiras Conclusões*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 127 pp.

SCHMITTER, Philippe (1996). "The Influence of the International Context upon the Choice of National Institutions and Policies in Neo-Democracies" in Whitehead, Laurence (ed.). *The International Dimensions of Democratization: Europe and the Americas*. Oxford: Oxford Un. Press, 1996.

SHARE, Donald e Scott MAINWARING (1986). "Transição pela Transação: Democratização no Brasil e na Espanha". *Dados*, vol. 29, nº 2, 1986.

Whitehead, Laurence (ed.), (1996). *The International Dimensions of Democratization: Europe and the Americas*. Oxford: Oxford Un. Press, 1996.

WHITEHEAD, Laurence, (2005). "Freezing the Flow: Theorizing about Democratization in a World in Flux", *Taiwan Journal of Democracy*, vol. 1, nº 1, pp. 1-20, 2005.

Recebido em 24/02/2010

Aprovado em 28/02/2010

Resumo: O artigo avalia a importância das variáveis externas vis-à-vis as internas na promoção da democracia. Focaliza especificamente a exportação da democracia, pilar fundamental das doutrinas de política externa americanas no pós-guerra fria, mesmo no pós-11 de setembro.

Abstract: The article assess the importance of external variables vs. internal variables to the promotion of democracy. It focus specifically on the exporting of democracy, basic pillar of the doctrines of the post-cold war American foreign policy, even after September 11.

Palavras-chave: exportação de democracia; política externa americana

Key words: exporting of democracy; American foreign policy



Estados Unidos: a terceira via (ainda mais) conservadora

United States: a much more conservative third way

VIRGÍLIO CAIXETA ARRAES*

Meridiano 47 n. 115, fev. 2010 [p. 19 a 20]

O sistema partidário americano estruturou-se desde o século XIX no bipartidarismo. Há períodos em que um grupo dissidente ou do Partido Democrata ou do Partido Republicano separa-se momentaneamente e lança-se na eleição – normalmente – presidencial.

Para tanto, recorde-se que no pleito de 1992 uma ala discordante dos republicanos – e em menor escala dos democratas – agrupou-se em torno de Ross Perot, do Partido Reformista, o que involuntariamente terminou por auxiliar a vitória do democrata Bill Clinton, não obstante a popularidade prévia do republicano George Bush, em busca do segundo mandato.

Após a derrota dos republicanos em 2008, depois de oito anos à frente do poder, segmentos mais reacionários agrupam-se mais e mais à roda de um movimento conhecido como o 'Partido do Chá', estruturado para revigorar os principais fundamentos do que acreditam ser o americanismo, fundado sob a perspectiva religiosa do cristianismo reformado.

Não há ainda uma plataforma ampla comum a seus seguidores, porém o seu elo básico é o clamor por impostos mais baixos e despesas governamentais menores, a fim de conter o déficit público.

O nome evoca um dos episódios desencadeantes do processo de independência americana. Em maio de 1773, o Legislativo britânico havia aprovado a Lei do Chá. Por meio dela, tentou-se auxiliar a recuperação financeira da Companhia das Índias Orientais, fundada em 1690, em má situação havia algum tempo. Naquela oportunidade, a empresa tinha em seu estoque mais de sete mil toneladas e meia de chá indiano.

Até então, ela vendia-o em leilão em Londres para distribuidores ingleses e americanos. Estes o comerciavam no outro lado do Atlântico Norte após dupla tributação – primeiro na Grã-Bretanha e depois

em alguma das treze colônias por meio do imposto Townshend.

A nova lei passou a permitir a venda, via monopólio, sem a antiga intermediação e sem a taxação britânica, o que possibilitaria um preço menor. Desta forma, a Coroa esperava eliminar a competição ilegal, efetivada pela Companhia Batava das Índias Orientais, ao repassar o seu produto a contrabandistas de origem britânica.

Contudo, apesar da queda dos preços, houve o temor por parte dos súditos americanos de que novos monopólios pudessem ser concedidos, em desfavor dos comerciantes anglo-americanos.

Além do mais, um ano antes, Londres havia estabelecido salários para os governadores coloniais, o que diminuiu o poder das assembleias locais, outrora responsáveis por eles. Assim, a elite americana enxergou nas medidas o prenúncio de outros atos mais restritivos.

Quando da chegada dos navios a apenas quatro cidades – Charleston, Filadélfia, Nova York e Boston – a recepção popular foi inamistosa. Na Filadélfia e em Nova York, as embarcações nem sequer atracaram. Em Boston, no entanto, em função da determinação do governador de possibilitar o comércio do produto, a situação agravar-se-ia. Embora a estadia acontecesse, o desembarque do produto, não.

Durante o impasse, moradores, disfarçados de indígenas, invadiram coordenadamente os navios e jogaram as caixas de chá no mar. A resposta de Londres, através do Parlamento, foi a aprovação das chamadas Leis Coercitivas para cobrar da cidade o prejuízo. Navio algum poderia estacionar na cidade enquanto o débito estivesse em vigor. Nova York, Baltimore e Filadélfia beneficiar-se-iam temporariamente.

* Professor do Departamento de História da Universidade de Brasília – UnB (arraes@gmail.com).

Os acusados de participar do episódio – e também de outros delitos a partir de então – poderiam ser julgados fora de Massachusetts. A assembléia seria composta por representantes indicados pelo rei, não pela população local. Por fim, o governador, nascido na colônia, seria substituído por um general britânico.

O resultado de tais medidas, em vez de inibir a ação dos súditos americanos em prol de seus direitos, estimulou-a. A avaliação britânica era de que a repercussão das medidas não ultrapassaria Massachusetts. Em junho de 1774, os seus líderes solicitaram um encontro com os das demais colônias para debater a sua situação e seus interesses comuns;

Apenas os da Geórgia recusaram-se a participar. Em setembro, ocorreria na Filadélfia o Primeiro Congresso Continental – menos de dois anos, haveria a proclamação da independência. Quase dois séculos e meio mais tarde, muitos norte-americanos consideraram necessária uma movimentação similar a ela.

Na prática, seus simpatizantes posicionam-se na economia, como já mencionado, a favor de menos impostos, reivindicação confundida muitas vezes com uma redução da presença do Estado. Na política externa, manifestam-se em prol de medidas antiimigratórias, principalmente em face das correntes latino-americanas e asiáticas, as quais estariam aos poucos descaracterizando a cultura americana, leia-se, a de matiz anglo-germânica.

Nesse sentido, assumem uma posição antimulti-cultural. Muitos consideram os democratas, tendo à frente um presidente de ascendência queniana e muçulmana – Barack Hussein Obama, como enfatizam ao recitar o nome todo – um governo de inspiração socialista.

Há o receio para os setores mais reacionários de uma progressiva latinização do país, via México notadamente, observada de maneira negativa, diante do hiato da riqueza entre a América anglo-saxã e a Latina.

Nesse sentido, há a postura de limitar a participação dos recém-emigrados ou de seus descendentes no processo eleitoral: uma das medidas seria o estabelecimento de uma prova, com vistas a avaliar simultaneamente o conhecimento do idioma inglês,

da história estadunidense e do sistema político.

Até 1965, quando da reforma eleitoral, vários estados (especialmente os do sul) aplicaram constantemente exames 'cívicos' aos interessados em alistar-se, de forma que se pudesse restringir a participação das minorias. Uma junta de eleitores secretamente analisava as provas e comunicava apenas o resultado final, de forma que os critérios de avaliação não eram claros.

Na política externa, muitos deles defendem a atual postura militar, tendo em vista a necessidade de defesa do país contra os terroristas, em especial os de viés fundamentalista. Por extensão, inclinam-se favoravelmente à atuação do Departamento de Segurança Interna.

A formação de agremiações de perfil mais conservador ocorre em momentos de crise – em abril de 2009, estimou-se que quase cinco milhões de simpatizantes reuniram-se em todo o país para protestar contra as medidas do governo democrata.

Nas eleições parlamentares do presente ano, os 'chazeiros' estarão diante de sua primeira argüição eleitoral. O seu êxito ou fracasso inicial dependerá mais da repercussão da gestão Obama do que o seu programa em si, já subscrito em maior ou menor intensidade pelos republicanos.

Recebido em 18/02/2010

Aprovado em 19/02/2010

Resumo: o artigo trata do recrudescimento do conservadorismo político nos Estados Unidos. Nesse sentido, destaca a formação em torno do movimento conhecido como o Partido do Chá, alusão a um evento de 1773.

Abstract: the article talks about the growing political conservatism in the United States. It therefore highlights a political movement known as the Tea Party, which makes reference to a historical event held in 1773.

Palavras-chaves: Estados Unidos, conservadorismo, 'Partido do Chá'

Key words: United States, conservatism, Tea Party

Geopolítica dos conflitos socioambientais na América do Sul

Geopolitics of socio-environmental conflicts in South America

ELÓI MARTINS SENHORAS*

Meridiano 47 n. 115, fev. 2010 [p. 21 a 23]

O clássico sistema geopolítico de relações internacionais, fundado nos preceitos de soberania interna e externa da Paz de Westphalia (1648), torna-se crescentemente aberto por porosidades transescalares de outras temáticas que vão além da guerra. Por isso, compreender a problemática do poder no espaço internacional requer compreender que existe uma ecopolítica construída por uma pluralidade de atores estatais e para-estatais de âmbito transnacional.

Neste contexto, a América do Sul é recortada por uma rede de atores que se estabelecem nos fóruns de debate ecopolítico, como palco fragmentado por visões conflitantes e opostas, cuja síntese é apreendida em um espectro entre a polarização da perspectiva desenvolvimentista e da perspectiva ambientalista composta por conservacionistas e preservacionistas,

Em primeiro lugar, se identifica que o setor privado, em especial as empresas multinacionais, tem aumentado sua organização autônoma enquanto um grande ator de peso na exploração dos recursos naturais, na construção de obras de infra-estrutura transregionais ou ainda aumentado sua representação junto a governos e organizações internacionais por meio do exercício de *lobby*.

Em segundo lugar, as *Organizações Internacionais Supra-Governamentais* têm desempenhado um papel central junto aos Estados nacionais sul-americanos enquanto matrizes de catálise de uma série de negociações internacionais ou enquanto fornecedoras de serviços de assistência técnica e financeira ligadas à formação de redes infra-estruturais para exploração de recursos naturais, em especial os *bancos de desenvolvimento* como a CAF, FONPLATA e BID, que influenciam mais diretamente sobre a formulação das

políticas nacionais e sobre a própria regionalização transnacional da IIRSA.

Em terceiro lugar, observa-se que a transnacionalização de ONGs tornou-se um fenômeno que se difundiu na América do Sul por meio da formação de comunidades epistêmicas ambientalistas e na difusão de papel qualitativo de cunho coletivo junto a vários governos e negociações multilaterais. Segundo o movimento ambientalista, a percepção temporal dos recursos naturais na regionalização tem sido empobrecida pela lógica imediatista de crescimento econômico engendrada pelos agentes de mercado e pelos Estados Nacionais à custa da degradação ambiental.

Como estes diferentes atores apresentam diferentes escalas de ação e concepções cognitivas, ideológicas sobre a exploração dos recursos naturais na América do Sul, eles acabam muito freqüentemente gerando tensões ou dificuldades de coordenação de valores ambientais, demonstrando assim porque não existe linearidade na frágil dinâmica geopolítica socioambiental.

Frente aos impactos socioambientais negativos trazidos por este padrão de apropriação privada de territórios, regulado sob a tutela dos Estados e dos quadros institucionais de regionalização transnacional, que se assenta em um processo contraditório de exploração dos recursos naturais para fins de exportação, um crescente número de movimentos politizados de resistência e de pressão se estruturou em diferentes países na América do Sul.

Essas lutas se expressam por movimentos ambientalistas, antiglobalização, antiimperialistas ou ainda movimentos bolivarianos, indigenistas e de

* Professor assistente do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima – UFRR (eloi@dri.ufrr.br).

sem-terras espalhados em vários pontos da região transnacional da América do Sul, embora concentrados nas localidades mais vulneráveis e degradadas.

No caso região amazônica, o caráter internacionalizado em que acontece o modelo de apropriação dos recursos naturais deu ensejo ao longo do tempo a um padrão de resistência, de início, protagonizada, localmente por seringueiros e, posteriormente, adensada por movimentos ambientalistas transescalares.

A ocupação e exploração dos territórios da Amazônia engendradas por meio de surtos de expansão das economias de fronteira levaram à formação de rugosidades espaciais de onde podem ser extraídas periodizações de apropriação dos territórios e de conflitos segundo as categorias de *terras públicas* e *terras privadas*.

Porém, a área com maior crescimento de conflitos socioambientais na América do Sul tem sido a região andina, onde os conflitos por recursos naturais, particularmente ao redor dos hidrocarbonetos assumem crescente relevância nas políticas nacionais.

Na Bolívia, os contenciosos ligados a recursos naturais conhecidos como *guerra da água* e *guerra do gás* são episódios que rearticularam discursos em torno da geopolítica e do papel do Estado por parte dos movimentos sociais, quando se articularam ao redor de diferentes coalizões de forças protagonizadas por camponeses, indígenas, ambientalistas, pela igreja e por amplos setores populares e em diferentes escalas de ação desde o nível local até o nacional, com a finalidade de colocar no centro do palco político a propriedade e a distribuição dos benefícios da exploração.

No caso do Equador, as lutas contra a contaminação, os abusos e a apropriação assimétrica de benefícios advindos da exploração petrolífera por grandes empresas multinacionais geraram uma série de conflitos engendrados pelos movimentos sociais das províncias amazônicas de Sucumbíos e Orellana. Neste contexto, a própria eleição de Rafael Correa para presidente reabriu o debate sobre o papel do Estado na reapropriação dos recursos naturais, tomando como referência as políticas implementadas na Venezuela e Colômbia.

No Peru, a destacada mobilização de ativistas indígenas e dos movimentos camponeses conhecidos como “cocaleros” gerou no ano de 2005 uma série de greves e protestos que pararam o país contra as políticas de erradicação dos cultivos de coca e contra a assinatura do tratado de livre comércio com os Estados Unidos.

No caso da Venezuela, o processo em curso de privatização da empresa Petróleos de Venezuela (PDVSA) foi abortado com a vitória de Hugo Chávez na eleição para presidência da República. Desde que tomou posse em 1999, o presidente não somente iniciou um movimento de reapropriação do petróleo, mas também nacionalizou uma série de ativos “estratégicos para o país” de empresas estrangeiras.

Na região do Cone Sul, os conflitos socioambientais têm sido de menor intensidade, embora também revelem um grau acentuado de politização, tal como nos países andinos, haja vista que os países-membros do MERCOSUL cresceram a um ritmo mais acelerado nos últimos anos em função do modelo de desenvolvimento exógeno via exportação de *commodities* dos complexos de mineração e agronegócios, porém ao custo de relevantes impactos colaterais sobre o meio ambiente.

No caso da Argentina e do Chile, houve um incremento da conflitividade socioambiental ligados a projetos de mineração que foram dinamizados em função do crescimento da economia mundial e da reforma dos marcos jurídicos do setor na década de 1990. Os movimentos sociais têm buscado se mobilizar em redes de comunidades afetadas pela mineração para discutir uma agenda política nacional sobre o setor e seus impactos ambientais sociais e econômicos.

No Brasil, os principais movimentos sociais relacionados aos recursos naturais são articulados pelos trabalhadores rurais do Movimento dos Sem-Terra (MST), que fazem protestos e ocupações de terras em diversos Estados da federação, denunciando o descompasso do programa de Reforma Agrária e das políticas que beneficiam o agronegócio, principalmente voltado à exportação, em contraposição ao descaso com a pequena média produção agrícola que garante a segurança alimentar doméstica, bem como pressionando o governo federal por investimentos

públicos em novos assentamentos do governo federal e na criação de linhas de crédito para assentados.

No Paraguai existe uma recorrência de conflitos sociais envolvendo os imigrantes brasileiros e os camponeses paraguaios que lutam por reforma agrária e que repercute nas relações entre os dois países. A tensão na fronteira Brasil-Paraguai adquire complexidade em função da polarização de imagens construídas de que os *camponeses pobres* são explorados segundo um padrão de acumulação por espoliação pelos *ricos brasiguaios* plantadores de soja.

Estes contenciosos ligados aos recursos naturais são exemplos de um universo maior de análise em que diversas localidades dos países da América do Sul estão inseridas em alguma medida, haja vista que possuem similares características políticas e econômicas de vulnerabilidade socioambiental.

Uma variável a se destacar é que as tensões e conflitos socioambientais ganharam visibilidade na América do Sul em função da disseminação generalizada de contenciosos em vários países determinados por lutas sociais e políticas pela reapropriação de territórios e de recursos naturais.

Os vínculos contemporâneos entre os atores e os espaços com a problemática de exploração dos recursos naturais na América do Sul ilustram os sintomas do processo de adensamento ou de complexificação histórica das relações geopolíticas intra e interestatais, haja vista que existe uma multiescalaridade envolvida por vetores geoeconômicos de integração e fragmentação.

A politização de movimentos resistência em diferentes países da região que se expressa por um aumento crescente de conflitos sociais de natureza complexa e com distintas demandas, tende a deflagrar os efeitos de tensionamento e fragmentação socioambiental diante dos projetos de integração econômica pautados no padrão de acumulação espoliativo do capitalismo-territorialista.

A fragmentação socioambiental que tensiona várias comunidades locais em função de atividades consideradas estratégias pelas políticas nacionais e de regionalização transnacional na América do Sul comparte similaridades com a tese do “ecologismo dos pobres”, segundo a qual, a qual a mobilização nasce de diversos conflitos socioambientais que são decorrentes por um tipo de crescimento econômico assentado na extração de recursos naturais e no aumento dos riscos de contaminação e depredação dos territórios.

Este campo relacional de poder revela que a acumulação pautada por um padrão de capitalismo territorialista engendra uma geopolítica espoliativa dos territórios que tem como dinamizador a exploração dos recursos naturais e como repercussão processos de integração dos fluxos comerciais e fragmentação do tecido socioambiental.

Recebido em 18/02/2010
Aprovado em 19/02/2010

Resumo: O presente artigo objetiva analisar o surgimento de uma onda relevante de conflitos socioambientais na América do Sul tomando como referência a reconstrução dos principais fatos que se desdobram em distintos países da região.

Abstract: Geopolitics of socio-environmental conflicts in South America. This article examines the emergence of a number of relevant socio-environmental conflicts in South America taking for reference the reconstruction of the key events spilled over different countries in the region

Palavras-chave: América do Sul; conflitos; geopolítica
Key words: conflicts; geopolitics; South America

Azerbaijão e Georgia – assombrações soviéticas

Azerbaijan and Georgia: soviet ghosts

PAULO ANTÔNIO PEREIRA PINTO*

Meridiano 47 n. 115, fev. 2010 [p. 24 a 26]

Uma das obras mais significativas do final do período soviético é – segundo especialistas no assunto – o filme “Repentance”, dirigido por Tengiz Abuladze, nacional da Georgia, em 1986. Aborda a política de violência e disputas territoriais, resultantes de ambições pessoais que levaram populações da URSS à ruína.

O enredo trata da morte de um Sr. Varlam, prefeito autoritário de município não identificado, naquele país, ao Sul do Cáucaso. Após o enterro, a população local descobre que o corpo continua ressurgindo, em diferentes lugares, como se tivesse “vida própria”. Descobre-se, finalmente, que uma mulher, cuja família havia sido vítima de crueldades do falecido dirigente, era a responsável, após cada renovado enterro, pelo reaparecimento do cadáver. Levada a julgamento, a cidadã é considerada insana. Mas, perante o tribunal, a acusada consegue fazer denúncias que desmoralizam o ex- Prefeito Varlam.

O filme transmitia a mensagem inconfundível de que, então, a União Soviética tinha que assumir o seu passado autoritário, para que “os fantasmas de seus tiranos” deixassem de assombrar o processo de reformas político-econômicas exigidas no país. Segundo avaliado nesta parte do mundo, a obra cinematográfica teria sido associada com os esforços liberalizantes de Mikhail Gorbachev. O cineasta Abuladze foi protegido por Eduard Shevardnadze, também natural da Georgia, então Ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS e futuro Presidente de seu próprio país.

A partir de 1985, iniciaram-se os sete anos de governo de Gorbachev, que culminaram com a desintegração da União Soviética. A Lituânia declarou-se independente, em março de 1990, e a Georgia a seguiu, em abril de 1991. Armênia e Azerbaijão e outras Repúblicas continuaram, no mesmo ano, o processo de emancipação. Logo, a URSS deixou de existir, de forma bastante pacífica, a propósito, quando comparado com o acontecido – segundo especialistas no assunto – com outros Impérios que, no mesmo século XX foram terminados, a exemplo do Austro-Húngaro, o Russo, o Otomano e, em certa medida, o próprio Britânico.

A exceção aconteceu no Cáucaso, onde ocorreram os conflitos armados associados com o término do poderio soviético. Estes incluíram as disputas por Nagorno-Karabakh, no Azerbaijão, pela Ossetia do Sul e Abkhazia, na Georgia, e pela Chechenya, na Rússia.

Caberia, então, exercício de reflexão, sobre as razões que levaram a tais disputas, sempre em torno de reivindicações territoriais que ficaram “congeladas”, durante os 70 anos de dominação soviética.

Registra-se, a propósito, que, com o término da Segunda Guerra Mundial, o Cáucaso tornara-se tema de numerosos autores estrangeiros, inclusive o novelista norte-americano John Steinbeck, que, no final da década de 1940, descreveu a Georgia como “um lugar mágico” (John Steinbeck, “A Russian Journal”, New York, Viking, 1948).

Da mesma forma que durante o Império Russo, a região permanecia, então, como um cenário de

* Diplomata. Primeiro Embaixador do Brasil residente em Baku, Azerbaijão. Serviu, anteriormente, como Cônsul-Geral em Mumbai e, a partir da década de 1980, durante vinte anos, na Ásia Oriental, sucessivamente, em Pequim, Kuala Lumpur, Cingapura, Manila e Taipé. As opiniões expressas são de sua inteira responsabilidade e não refletem pontos de vista do Ministério das Relações Exteriores (papinto2006@gmail.com).

fantasias, um lugar de liberdade e liberação, que, para o tabalhador soviético, podia ser visitado, durante férias e feriados.

Para os residentes fora da URSS, os “spas” de água mineral – hoje, ainda em fase de recuperação no Azerbaijão e Geórgia – eram locais de turismo. Casas de banho, jardins e sanatórios foram criados. Os visitantes recebiam promessas de curas imediatas para problemas digestivos e cardiovasculares, entre outros.

Intensos esforços e investimentos governamentais reformulavam a imagem do Cáucaso, até o início do século passado associada a violências, da parte tanto de “tribos primitivas”, quando do Império Russo, que tentava “civilizá-las”.

Tratava-se, então, de criar condições regionais que refletissem a forma como russos e outros cidadãos soviéticos concebiam seu próprio país. Grupos de danças da parte Norte da região, com suas vestimentas típicas, o vinho da Geórgia, o brandy da Armênia e os tapetes do Azerbaijão, tornaram-se símbolos daquela parte do país, bem como da “maneira soviética de ser e sentir”.

Daí, este exotismo todo ser, naquele período, celebrado e satirizado, ao invés de temido. Filmes populares consolidavam a boa índole e naturalidade das pessoas do Sul da URSS, bem como as boas maneiras e ânsia de vida de suas populações.

Tais manifestações artísticas, no entanto, gradativamente passaram a ter conteúdo de protesto quanto à ausência de liberdades do período soviético, como aconteceu com o filme “Repentance”, citado acima.

No decorrer da década de 1980, as três Repúblicas Soviéticas do Cáucaso do Sul – Armênia, Geórgia e Azerbaijão – evoluíam em direção a reivindicações de livre manifestação de suas identidades nacionais. O conceito de nação, nesta parte do mundo, contudo, estava – e está – permeado pelo pensamento estalinista. Este leva em conta a língua, a cultura e os interesses em comum, mas repousa, principalmente, sobre o território de residência, que servia de base ao sistema vigente no período soviético.

O Partido Comunista, durante a existência da União Soviética, é sabido, dirigia todos os detalhes

de sua organização político-sócio-econômica, tendo sempre como base o território. Tal convicção, não favorecia, contudo, o florescimento de ideologias em competição entre si, no âmbito de fronteiras definidas no período pós independência, em 1991. Havia que prevalecer, segundo esta maneira de pensar, apenas o conjunto de idéias forças definidas pelas autoridades centrais. Este processo facilitaria o congelamento de lideranças que, “à maneira antiga de pensar”, não admitia contestação. Assim agia o Prefeito Varlam, do filme georgiano “Repentance”.

Conforme já mencionado em textos que publiquei anteriormente, cabe reiterar que tais pendências não seriam inevitáveis, por ser esta região do mundo “condenada a instabilidade permanente”. Resultaram, sim, de estruturas básicas do Estado Soviético, que tinha o território como sustentação de tudo, o que veio a facilitar, em certa medida, que projetos de poder pessoais viessem a mobilizar populações que foram levadas a genocídios e enorme sofrimento.

Isto é, no final da década de 1990, e início dos anos 2000 – da mesma forma que o enredo filme “Repentance”, citado acima – reivindicações herdadas do período de hegemonia da URSS, sobre o Cáucaso, continuavam a ressurgir, sem que mitos daquelas sete décadas de escuridão tivessem sido enterrados – como o corpo daquele falecido Prefeito Verlam.

Enquanto isso, velhos hábitos ligados à doutrina estalinista de governança perduravam, mesmo diante do colapso da estrutura do Estado Soviético. Ao mesmo tempo, partes do Cáucaso, vinculadas a estas práticas antigas, que nada têm a ver com estruturas de confrontação herdadas da Guerra Fria, mantinham mitos consagrados nos lugares de sempre, enquanto apenas os corpos dos déspotas eram enterrados.

No Cáucaso, a história real do final do século XX e do início do atual não é a respeito de animosidades étnicas irreconciliáveis ou antigas disputas, mas sobre como ambições pessoais têm prevalecido sobre o interesse de coletividades. Isto tem sido possível, em virtude do legado do pensamento estalinista de vincular nações a territórios, bem como à disponibilidade de armamento soviético, deixado para trás, quando do recuo de seus exércitos, alimentando,

assim, a capacidade de destruição mútua da partes que retomaram seus conflitos históricos..

Como no enredo da película "Repentance", parece que, apenas quando houver o compromisso de desenterrar o passado e os responsáveis pelos erros cometidos tenham seus erros devidamente avaliados, poderia haver mudanças significativas nas formas de governança – ou desgovernança do Cáucaso, Sul e Norte.

Recebido em 20/02/2010

Aprovado em 22/02/2010

Resumo: o artigo trata da herança soviética no Cáucaso. Aborda as disputas por território e por definição de identidade dos povos da região.

Abstract: the article deals with the soviet heritage in the Caucasus. It discusses the dispute towards territory and towards a definition of the peoples' identity in that region.

Palavras-chaves: Azerbaijão; Geórgia; União Soviética

Key words: Azerbaijan; Georgia; Soviet Union



A cúpula de Cancun e a recomposição do Grupo do Rio: Apontamentos para um debate

The Cancun Summit and the renovation of Rio Group: Notes for discussion

CARLOS FEDERICO DOMÍNGUEZ AVILA*

Meridiano 47 n. 115, fev. 2010 [p. 27 a 28]

A reunião de presidentes da América Latina e Caribe na cidade mexicana de Cancun, entre 22 e 23 de fevereiro do corrente ano foi uma importante demonstração de cooperação e solidariedade intra-regional. Realizada em paralelo com a segunda edição da denominada Conferência da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), o principal objetivo do evento parece ter sido a renovação e recomposição do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política – também conhecido como Grupo do Rio (GRIO). Observe-se que entre os resultados concretos do evento resultou a criação de uma Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos que, na prática, poderia vir a ser o reforçado herdeiro ambos os mecanismos.

Cumprir lembrar que o Grupo do Rio foi criado em 1986, na cidade do mesmo nome, por representantes de oito países – Argentina, Brasil, Colômbia, México, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela. Atualmente o Grupo do Rio está integrado por 23 países e um representante do Caribe Oriental. Paralelamente, a CALC foi criada na cimeira de Costa de Sauipe, em 2008. Em ambos os casos, trata-se de conclave que permitem aos países, povos e blocos sub-regionais abordar assuntos de interesse comum, prescindindo da – às vezes incomoda e perturbadora presença – de potências extra-regionais (Estados Unidos, Espanha, Inglaterra, França, Portugal e Holanda, dentre outros).

Parece interessante destacar que uma das mais importantes virtudes do Grupo do Rio é sua

abrangência. Observe-se que se trata do único foro político-diplomático que reúne, em princípio, a todos os 33 Estados que integram a “nossa América.” Mesmo reconhecendo-se a diversidade econômica, geográfica, social, política, cultural e ideológica que persiste entre os diferentes países – e ao interior de alguns desses –, também devemos reconhecer que a convergência, a solidariedade, a cooperação e um certo ar de família podem ser identificados neste tipo de eventos.

Igualmente significativo é verificar que a própria noção de América Latina e Caribe renova sua altíssima e permanente relevância no contexto intra-regional, hemisférico e global. Essa constatação é particularmente importante em virtude de certos questionamentos formulados por vozes dissonantes e impertinentes que, algumas vezes, pretendem colocar em dúvida a vigência da mais importante identidade internacional dos países da região. Isto é, entende-se que América Latina e Caribe continuará sendo nosso lar comum. Naturalmente, também é necessário reconhecer-se a legitimidade, relevância e pertinência dos diferentes esquemas sub-regionais de integração existentes, especialmente no caso dos povos e países platinos (Mercosul), dos amazônicos (Otca), dos caribenhos (Caricom), dos centro-americanos (Sica), dos andinos (Comunidade Andina), dos sul-americanos (Unasul), dos ribeirinhos do Pacífico (Arco), dos integrantes da ALBA e dos Meso-americanos, dentre outras iniciativas semelhantes. Vale acrescentar que esses esquemas sub-regionais de integração procuram

* Doutor em História pela Universidade de Brasília. Docente e pesquisador do Mestrado em Ciência Política do Centro Universitário Euro-Americano – Unieuro e do Centro Universitário de Brasília – Uniceub (cdominguez_unieuro@yahoo.com.br).

atender demandas particularistas e também contribuir na construção de uma integração verdadeiramente latino-americana e caribenha.

Finalmente, parece importante destacar que a participação brasileira no encontro em questão foi altamente significativa e relevante. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva exerceu um papel de transcendência regional ao prestigiar o evento. O governante brasileiro também cumpriu o dever e mandato constitucional de procurar “a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações” (Art. 4 da Constituição Federal do Brasil). Resta verificar se o impulso que o renovado Grupo de Rio logrou em Cancun poderá preservar-se, inclusive com a – urgente e impostergável – criação de uma institucionalidade básica, que lhe permita apresentar-se no cenário internacional como o principal porta-voz

latino-americano e caribenho nos primeiros anos do século XXI.

Recebido em 26/02/2010

Aprovado em 26/02/2010

Resumo: O artigo explora a relevância da XXI Cúpula do Grupo do Rio (México, 2010). O texto também comenta a participação brasileira no evento.

Abstract: The paper explores the XXI Summit of Rio Group, in Cancun (Mexico, 2010). The text also comments the Brazilian participations in the event.

Palavras-chave: Grupo do Rio; América Latina e Caribe; Integração regional

Key-words: Rio Group; Latin American and Caribbean; Regional Integration



A questão da acoplagem nas relações internacionais

Coupling approach within the international relations

ARGEMIRO PROCÓPIO FILHO*

Meridiano 47 n. 115, fev. 2010 [p. 29 a 31]

Ainda num juvenato analítico, o estudo sobre a acoplagem postula legitimidade. Órfão, distante das demais interpretações, provocativamente pergunta o que as teorias das relações internacionais produziram de novo na exegese da fenomenologia internacional. Quer saber onde estavam elas quando da queda do muro de Berlim. Pergunta, cadê as explicativas da atual crise do capitalismo e dos paradoxos do unilateralismo coroado de potência mundial militar, cultural, econômica, etc.

Nem o simbolismo das experiências políticas, nem a dimensão pragmática das redes de troca convencem o acoplamento a rever sua recusa de identificar-se com marcas da teoria da modernização ou da dependência. De variadas semânticas, a reflexão em curso – ciente de que os blocos conceituais dificilmente levam ao consenso – postula formas analíticas e articulações além de exercícios metodológicos. Pontuando por aproximação de interesses aparentemente opostos, o constructo cosmopolita da acoplagem não diminui assimetrias. Tem entretanto como diagnosticar Estados fracos em duras crises, bem como Estados fortes desfrutando da pouca sombra e água fresca que resta de si mesmos.

No vazio de poder mundial, o debate interparadigmático busca interpretativas e as sacrifica no altar das nações por colheitas que ninguém sabe quando virão. Da ideologia oportunista plena de realismos nas relações de troca desiguais aos heterogêneos interesses geopolíticos, esta análise depara-se com o pragmatismo de legitimadora frieza de uma teoria que ainda nem teoria se chama! No

mais, incluído em constelação definida, o presente ensaio pede tempo para ver crescer embriões de convergência no relacionamento internacional despregado da cruz analítica da modernidade.

Ousando aquilatar a capacidade da governabilidade para aniquilar riquezas espirituais e materiais – a que se vê na Argentina, por exemplo – o pensamento sobre a acoplagem vocaciona-se nem para o ilhamento, nem para a solidão acompanhada. Sua estabilidade multipolar independe da antropologia dos acertos e dos equívocos alheios. Descronometrada da dualidade estrutural Norte *versus* Sul, também amadurece dessintonizada da pós-modernidade estudiosa do progresso e do atraso.

Correntes de pensamento alimentadas em fontes que se secam, as realistas, por exemplo, conhecem a existência das muitas Europas. Especializadas na endoculturação, moldam o pensamento de elites fisicamente nos países subdesenvolvidos, mas culturalmente desacopladas de suas realidades. A ordem da acoplagem respeita a dinâmica da desacoplagem. De dupla face, dificilmente as moedas com lastro ouro da crítica se desvalorizam no mercado das teorias. Mesmo que paradoxais, raramente esse mercado deixa de ter suas figuras retóricas. Ciente disso, mestra do convívio entre perdedores e ganhadores, a sociologia da acoplagem, mais por intuição do que por cálculo político, se faz de catalisadora. Agrupa e engata interesses transnacionais às vezes camuflados de nacionais. Noutros casos, em mecanicidade impregnada de ressentimentos, a acoplagem desconhece afinidades, soluções ou contribuições para mitigar a impotência

* Professor Titular de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – UnB, pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e professor visitante da Freie Universität Berlin – apoio da CAPES/MEC (procopio@unb.br).

explicativa do corpo teórico das relações internacionais. Tal corpo, expressiva parte dele moldado nos Estados Unidos da América, guarda a genética dos livros de assombração, ou seja, apesar do medo, o leitor chega até o final.

Pelo mecanismo da acoplagem os complexos produtivos dos países com desenvolvimento desigual se multiplicam numa arena econômica onde a convergência dos interesses legitima esforços por cooperação sem união. Na prática, mais do que os mercados, a acoplagem renuncia às origens e ao localismo.

Non olet, ou seja, como o dinheiro inodoro, o centro e a periferia na epistemologia da acoplagem perdem a marca da procedência. Tal despojamento subverte a geopolítica e desnuda o paroquial para vestir o internacional com conceitos, dimensões e argumentações numa moda ainda fora de voga.

Legitimando concretamente o exercício do acoplamento, indicadores econômicos e culturais engenham o fortalecimento de elos na corrente das relações internacionais. Percebem, mesmo seguros na *nave mundi*, se nela faltar água, todos morrerão de sede no mar salgado. Noutras palavras, entende a acoplagem que o dilema segurança ou liberdade do pacto social hobbesiano em franco declínio substituir-se-á pela obrigatoriedade do atendimento das necessidades vitais.

Sensivelmente mais inclusiva do que foram os construtores da arca de Noé – messianicamente aberta somente aos casais que se safariam do dilúvio – ainda assim, a acoplagem com seus parâmetros contribui menos do que deveria para com a morfologia do ecumenismo. Menos do que poderia para o não surgimento do cenário de inflexão, que vai contra a lógica do direito das gentes.

Descortinando ângulos que permitem ver Deus e o Diabo de mãos dadas, povos do centro e da periferia participam da acoplagem, mas sem se conhecer. Caminham juntos sem se amar e os que ficam jamais choram pelos mortos que se vão. Pluralista, espécie que se entrega, o desiderato da acoplagem é catalisar oportunidades. Longe de prender-se a uma agenda de solidariedade – múltipla e duradoura – a acoplagem vende catálogos de utilidades inovadoras ou

tradicionais. Tanto faz se em zona do euro, do dólar, do yuan, etc.

Avesa às hierarquias, a carimbos e a papéis denunciando a procedência de seus negócios, tudo e todo o acoplado vai e volta ou se cosmopolitiza. Na constelação da economia dos pobres, assim como na dos ricos, o exercício da acoplagem ajunta pedras do mosaico mundial, mas sem redefinir prioridades. Guarda impulsos chamados de interesses, em primeiro lugar por suas necessidades de pão e água, ou seja, pela segurança supranacional que lhe garante a existência. Pede também um obsequioso afastamento em relação à promiscuidade entre os conceitos na pauta do estudo das relações internacionais, tarefa impossível sem longas caminhadas na searas ontológica e epistemológica.

Tradicional *commodity*, raros produtos encarnam tão fidedignamente as ambivalências da acoplagem, como a soja. Afora seu altíssimo custo ambiental, ela desembarcou no Brasil embalada dentro de pacotes tecnológicos repletos de máquinas agrícolas, adubos químicos, cultivares, transgenias, fungicidas, inseticidas e herbicidas, praticamente tudo produzido por multinacionais. Colhida, segue para o mercado externo saciando numerosa cadeia industrial alimentar. Quantidade dela depois volta à terra onde a cultivam, claro, na forma de produtos com alto valor agregado que vão dos patês de gansos alimentados com soja aos queijos nobres e às tintas. Noutros caminhos, também minerais exportados ou contrabandeados costumam retornar metabolizados em aparelhos eletrônicos e aviões.

Outro setor presente na acoplagem é o da indústria cultural. Extremamente rentável, articuladora de diferenças, hoje tal indústria é vital respirador para a superpotência mundial em crise. Rende mais do que a exportação de automóveis ou do que a indústria estadunidense de material bélico. O *savoir faire* da acoplagem a afasta da dependência mútua entre os novos ricos das direitas e os das esquerdas. No capitalismo dos nacionalistas e dos internacionalistas, sem identidade alguma com o maniqueísmo norte *versus* sul, ela pouco liga para o construtivismo, para o realismo, e para os permanentes riscos presentes no

pensamento da dualidade estrutural. Com nenhuma deferência para a hegemonia da teoria da modernização, o paradigma do acoplamento a depender do seu gosto, desfar-se-á de qualquer vínculo familiar com não importa qual escola de diagnóstico dos tempos.

Se a crítica deve ser uma etapa anterior da desideologização das desigualdades e se a vocação do acoplamento tiver como levá-lo a conviver com a heterogeneidade, tais condicionamentos já demarcam o espaço da sua legitimidade. Ao conhecer as fronteiras dogmáticas, tal paradigma deu-se conta da dimensão sistêmica de outras referências. Por isso, na generalizada atmosfera mundial de autismo teórico, teme desrespeitar os conceitos da luta de classes e do materialismo histórico enterrados vivos no debate interparadigmático.

Para ordenar seus cânones como reflexão de dinâmicas políticas que são nem começo nem fim da existência, a acoplagem é quem formata a transdisci-

plinaridade desburocratizada no estudo das relações internacionais.

Recebido em 15/02/2010

Aprovado em 18/02/2010

Resumo: o artigo trata da renovação teórica das relações internacionais. Nesse sentido, questiona se a base teórica pode analisar os fenômenos atuais.

Abstract: the article deals with the theoretical renewal of the international relations. It intends to investigate whether the theoretical framework can analyze the current events.

Palavras-chaves: teoria das relações internacionais; terceiro mundo; meio ambiente

Key words: international relations theory; third world; natural environment

